

FIBRASA S/A

CNPJ: 04.221.067/0001-07

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - Senhores Acionistas: Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Fibrasa S/A, submete à apreciação dos Senhores, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, com o Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Serra/ES, Março de 2021.

Balanco Patrimonial (Em Reais)

ATIVO	Nota Explanativa	Em 31 de Dezembro de 2020	Em 31 de Dezembro de 2019	Em 01 de Janeiro de 2019
(Reapresentado) (Reapresentado)				
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	4	11.310.357	16.411.448	48.239.713
Contas a receber de clientes	5	87.391.143	67.809.210	64.924.873
Estoques	6	43.252.696	31.099.105	27.479.009
Tributos a recuperar	7	1.850.925	1.210.437	1.414.154
Adiantamento a fornecedores		5.576.365	3.287.965	1.930.224
Despesas do exercício seguinte		247.659	10.205	319.581
Outros créditos		444.702	483.242	303.071
Total do ativo circulante		150.073.847	120.311.612	144.610.626
NÃO CIRCULANTE				
Realizável a longo prazo				
Depósitos Judiciais	16	3.991.112	4.595.519	4.467.246
Impostos a Recuperar	7	24.304.299	-	-
Outros créditos		38.601	38.601	38.601
		28.334.012	4.634.120	4.505.847
Investimentos		15.069	162.978	162.978
Propriedade para Investimentos	8	3.957	436.707	436.707
Imobilizado	9	125.243.499	125.644.648	132.025.029
Intangível	10	3.549.885	10.868.435	230.777
		128.812.410	137.112.769	132.855.491
Total do ativo não circulante		157.146.422	141.746.889	137.361.338
Total do ativo		307.220.270	262.058.500	281.971.964
PASSIVO				
(Reapresentado) (Reapresentado)				
CIRCULANTE				
Fornecedores	11	13.912.200	7.612.786	25.544.286
Empréstimos e financiamentos	12	28.697.163	31.724.025	28.595.023
Obrigações sociais	13	6.875.062	6.146.677	4.788.819
Obrigações tributárias	14	3.368.663	1.258.669	1.646.303
Operações de arrendamento	17	2.226.202	3.207.500	-
Outras contas a pagar	15	4.599.810	3.322.458	4.026.018
Total do Passivo Circulante		59.679.100	53.272.116	64.600.449
NÃO CIRCULANTE				
Empréstimos e financiamentos	12	43.646.477	50.589.358	80.669.483
Obrigações tributárias	14	12.451.900	7.360.329	4.112.664
Tributos Diferidos		189.358	189.358	189.358
Provisão para Contingências	16	209.059	209.059	209.059

Operações de arrendamento	17	107.801	5.446.143
Total do Passivo Não Circulante		56.604.595	63.794.247
Total do Passivo Não Circulante		56.604.595	63.794.247
Patrimônio líquido	18		
Capital social		84.786.138	84.786.138
Reserva de incentivos fiscais		103.406.252	58.814.665
Reserva legal		5.565.618	3.218.692
Ações Em tesouraria		(2.821.433)	(1.827.357)
Prejuízos Acumulados		-	(12.898.150)
Total do patrimônio líquido		190.936.575	144.992.139
Total do passivo e patrimônio líquido		307.220.270	262.058.500
Demonstração resultado do Exercício			
		Nota	2020
			2019
Receita operacional líquida	19	299.653.672	269.355.830
Custo dos produtos vendidos	20	(221.459.109)	(205.462.488)
Lucro bruto		78.194.563	63.893.342
Receitas (Despesas) operacionais			
Despesas de vendas	21	(22.688.622)	(22.160.453)
Despesas gerais e administrativas	22	(22.340.948)	(19.520.072)
Outras receitas (despesas) operacionais	24	17.299.440	(1.402.143)
		(27.730.130)	(43.082.669)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		50.464.433	20.810.673
Receitas financeiras	23	14.017.838	4.140.484
Despesas financeiras	23	(9.438.115)	(12.149.970)
		4.579.723	(8.009.486)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		55.044.156	12.801.187
Imposto de renda e contribuição social - diferidos		(8.105.644)	-
Lucro líquido do exercício		46.938.513	12.801.187
Total de ações - Média ponderada		59.343.516	59.343.516
Lucro por Ação		0,79	0,22
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras			
Demonstração do Resultado Abrangente			
		2020	2019
Lucro líquido do exercício		46.938.513	12.801.187
Outros componentes do resultado abrangente		-	-
Total do resultado abrangente do exercício		46.938.513	12.801.187
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras			

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Capital social subscrito	Reserva de Incentivos Fiscais	Reserva Legal	Ações em Tesouraria	Lucros/Prejuízos Acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2019, anteriormente apresentado	84.786.138	59.551.688	2.578.632	(1.827.356)	0	145.089.102
Ajustes de Exercícios Anteriores (Nota 2.c)					(12.898.150)	(12.898.150)
Transferência para reserva de incentivos fiscais		(12.898.150)			12.898.150	-
Em 1º de janeiro de 2019, ajustado	84.786.138	46.653.538	2.578.632	(1.827.356)	0	132.190.952
Constituição da Reserva Legal			640.060		(640.060)	-
Lucro líquido do exercício					12.801.187	12.801.187
Constituição da reserva de incentivos fiscais		12.161.127			(12.161.127)	-
Ações em Tesouraria					-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019 - Ajustado	84.786.138	58.814.665	3.218.692	(1.827.356)	0	144.992.139
Constituição da Reserva Legal			2.346.926		(2.346.926)	-
Lucro líquido do exercício					46.938.513	46.938.513
Reserva Incentivos Fiscais IR Sudene					-	-
Constituição da reserva de incentivos fiscais		44.591.587			(44.591.587)	-
Ações em Tesouraria				(994.077)		(994.077)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	84.786.138	103.406.252	5.565.618	(2.821.433)	0	190.936.575

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CONTINUA...

...CONTINUAÇÃO

FIBRASA S/A

CNPJ: 04.221.067/0001-07

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA	2020	2019
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	47.518.636	12.801.187
Ajustes para conciliar o lucro do exercício ao caixa gerado pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	11.583.123	10.048.172
Encargos financeiros Líquidos	7.244.721	8.442.257
Depreciação do Arrendamento Mercantil	7.859.723	4.392.722
Encargos financeiros Arrendamento Mercantil	353.899	384.847
Baixas de ativo imobilizado e intangíveis	4.218.772	4.379.943
	78.778.874	40.449.127
Redução (Aumento) nas contas do ativo		
Contas a receber de clientes	(19.581.933)	(2.884.336)
Estoques	(12.153.591)	(3.620.096)
Tributos a recuperar	(24.944.787)	203.717
Adiantamentos a fornecedores	(2.288.400)	(1.357.741)
Outras contas do ativo	405.492	932
	(58.563.219)	(7.657.524)
Aumento (Redução) nas contas do passivo		
Fornecedores	6.299.414	(17.931.500)
Obrigações tributárias	6.621.441	2.860.034
Obrigações trabalhistas	728.386	1.357.858
Outras obrigações	1.277.351	(703.559)
	14.926.592	(14.417.168)
Caixa gerado nas operações	35.142.247	18.374.435
Pagamentos de Juros de arrendamento	(353.899)	(384.847)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	34.788.348	17.989.588
Atividades de investimento		
Investimentos	580.659	-
Aquisições de imobilizado	(15.400.746)	(8.047.734)
Aquisições de intangível	(49.443)	8.415
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(14.869.530)	(8.039.319)
Atividades de financiamento		
Pagamento do Arrendamento	(6.811.368)	(6.385.153)
Ações em Tesouraria	(994.076)	-
Captações de empréstimos e financiamentos	26.768.430	13.194.766
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(43.982.894)	(48.588.147)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	(25.019.908)	(41.778.534)
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(5.101.091)	(31.828.265)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	16.411.448	48.239.713
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	11.310.357	16.411.448
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(5.101.091)	(31.828.265)

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (Em Reais)

As Demonstrações Financeiras da Fibrasa S/A encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas na sede da Empresa.

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A Fibrasa S.A. ("Companhia"), sendo a matriz com sede no município da Serra/ES e a Filial com sede no município de Abreu e Lima/PE, é uma sociedade por ações de capital fechado, com prazo indeterminado de duração, e tem como objetivo a Fabricação e Comercialização de Embalagens Plásticas e Industriais, chapas, laminados e produtos afins, destinadas principalmente às indústrias de alimentos no mercado nacional. **2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1 Base de preparação (a) Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. **(b) Aprovação das Demonstrações Financeiras:** As Demonstrações Financeiras da Companhia foram aprovadas e autorizadas pela Administração em 29 de março de 2020. **(c) Reapresentação de cifras comparativas:** A Companhia reconheceu, no resultado do exercício de 2018, o montante de R\$ 12.898.150 referente a créditos de PIS e COFINS sobre base de cálculo de ICMS. A administração da Fibrasa entendia que os valores registrados eram direitos pertencentes à Companhia, mesmo sem haver o trânsito em julgado do processo judicial. Durante o exercício de 2020 a administração da Companhia decidiu estornar o registro da referida Receita e aguardar o trânsito em julgado. Por se tratar de erros de anos anteriores, efetuou a reapresentação na coluna de abertura - 1º. de janeiro de 2019, nessas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020. As rubricas contábeis afetadas foram: (i) Ativo Realizável a Longo Prazo (ii) Passivo não circulante (iii) Lucros (Prejuízos) acumulados no montante de R\$ 12.898.150. Além do balanço patrimonial, apresentado em três colunas nesse conjunto de demonstrações financeiras, a administração da Companhia reapresenta também a demonstração das mutações do patrimônio líquido, para ajustar seu saldo de abertura (1º de janeiro de 2019). A demonstração do resultado, do resultado abrangente e do fluxo de caixa não precisaram

ser representadas, visto esse efeito tratar-se de períodos anteriores a 2019.

	Em 1º de janeiro de 2019		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Balanço patrimonial			
Ativo			
Circulante	144.610.626		144.610.626
Não circulante	146.539.878	(9.178.540)	137.361.338
Total do ativo	291.150.504	(9.178.540)	281.971.964
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante	64.600.449		64.600.449
Não circulante	81.460.954	3.719.610	85.180.564
Patrimônio líquido	145.089.101	(12.898.150)	132.190.951
Total do passivo e patrimônio líquido	291.150.504	(9.178.540)	281.971.964

2.2 Efeitos da pandemia provocada pela COVID-19 Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a COVID-19 como uma pandemia. As autoridades governamentais de diversos países, incluindo o Brasil, impuseram restrições de contenção do vírus. A Companhia instituiu Comitê e definiu plano de gestão da pandemia, com medidas preventivas e de mitigação dos seus efeitos, em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais. Neste cenário, a Companhia vem monitorando os efeitos nos seus negócios e na avaliação das principais estimativas e julgamentos contábeis críticos, bem como em outros saldos com potencial de gerar incertezas e impactos nas demonstrações financeiras. Até o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a companhia não apurou impactos relevantes. **2.3 - Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações Financeiras estão apresentadas em reais, que também é a moeda funcional da empresa. Todos os saldos são apresentados em R\$ (reais). **2.4 - Base de Mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a remensuração dos instrumentos financeiros derivativos ao seu valor justo. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Empresa no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.2.5 - **Conversão de Moeda Estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional pelas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos ou perdas cambiais oriundas da conversão de moeda estrangeira são reconhecidos no resultado. **2.6 - Caixa e Equivalentes de Caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses (com risco insignificante de mudança de valor), sendo o saldo apresentado líquido de saldos em contas garantidas na demonstração do fluxo de caixa, quando aplicável, detalhados na Nota 4.2.7 - **Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa. Uma provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber (Nota 5). **2.8 - Estoques:** Os estoques estão demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois, o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação de estoque "custo médio ponderado" e o valor líquido de realização corresponde ao preço de venda estimado menos custos para concluir e vender. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, embalagens, outros custos diretos e os respectivos gastos indiretos de produção (com base na capacidade operacional normal) (Nota 6). **2.9 - Imobilizado:** Os itens do imobilizado são avaliados pelo custo histórico de aquisição, menos a depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para que o item específico tenha o uso pretendido. Reparos e manutenções, incluindo o custo das peças de reposição, somente são ativados quando for provável que os gastos proporcionem futuros benefícios econômicos para a Companhia. Caso contrário, são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos. A depreciação é reconhecida de modo a alocar o custo dos ativos menos os seus valores residuais ao longo de suas vidas úteis estimadas, utilizando-se o método linear (Nota 9). Conforme previsto na Interpretação Técnica ICPC 10 do Comitê de pronunciamentos Contábeis Companhia realizou em 2019 a revisão da vida útil econômica estimada para o cálculo de depreciação.

Vida Útil	Anos
Edificações	25-40
Máquinas	10-20
Veículos	3-4
Móveis, utensílios / hardware	5-10

2.10 - Operações de Arrendamento. Os contratos podem conter componentes de arrendamento e outros não relacionados a arrendamentos. A Companhia aloca a contraprestação no contrato aos componentes de arrendamentos e de outros não relacionados a arrendamentos com base nos preços isolados relativos. Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente. Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir: - pagamentos fixos

CONTINUA...

...CONTINUAÇÃO

FIBRASA S/A

CNPJ: 04.221.067/0001-07

(incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber; - pagamentos variáveis de arrendamentos variáveis que dependem de índice ou de taxa; - valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; - o preço de exercício de uma opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de que irá exercer essa opção; - pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo esta a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes. Para determinar a taxa incremental de empréstimo, a Companhia:- Sempre que possível, utiliza como ponto de partida taxas de financiamentos recentes contratados com terceiros, ajustadas para refletir as mudanças nas condições de financiamento desde que tal financiamento de terceiro fora recebido; - usa uma abordagem progressiva que parte de uma taxa de juros livre de risco ajustada para o risco de crédito para arrendamentos mantidos pela Companhia, sem financiamento recente com terceiros; e- faz ajustes específicos à taxa, como no prazo, país, moeda e garantia, por exemplo. A Companhia está exposta a potenciais aumentos futuros nos pagamentos de arrendamentos variáveis com base em um índice ou taxa, os quais não são incluídos no passivo de arrendamento até serem concretizados. Quando os ajustes em pagamentos de arrendamentos baseados em um índice ou taxa são concretizados, o passivo de arrendamento é reavaliado e ajustado em contrapartida ao ativo de direito de uso. Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir: - Valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento; - quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos; - quaisquer custos diretos iniciais; e - custos de restauração. Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Se a Companhia estiver razoavelmente certo de que irá exercer uma opção de compra, o ativo do direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente. Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo de equipamentos e veículos e todos e arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com um prazo de 12 meses ou menos. Os ativos de baixo valor incluem equipamentos de TI e pequenos itens de mobiliário de escritório. (Nota 17). **2.11 Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva (Nota 11). **2.12 Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação (ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos da transação) e substancialmente demonstrados pelo custo amortizado. As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo do empréstimo ou financiamento de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são incluídos em despesas financeiras (Nota 12) **2.13 Provisões para riscos trabalhistas e cíveis:** Reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Empresa. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos trabalhistas e cíveis estão descritos na Nota Explicativa nº 16. **2.14 Imposto de renda e contribuição social correntes:** O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro real tributável, às alíquotas estabelecidas nos termos da legislação fiscal vigente. **2.15 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro. **2.16 Instrumentos financeiros: 2.16.1 Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração: mensurados ao valor justo (por meio do resultado). - Mensurados ao custo amortizado. **2.16.2 Reconhecimento e desreconhecimento:** Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. **2.16.3 Mensuração:** No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado. Os ativos financeiros com derivativos embutidos são considerados, em sua

totalidade, ao determinar se os seus fluxos de caixa consistem apenas em pagamento do principal e de juros. **Instrumentos de dívida:** A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócio da Companhia para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo. A Companhia classifica seus títulos de dívida de acordo com a categoria de mensuração a seguir: Custo amortizado - os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/perdas juntamente com os ganhos e perdas cambiais. **2.16.4 Impairment:** A partir de 1º de janeiro de 2018 a Companhia passou a avaliar, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado. Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pela CPC 48 - Instrumentos Financeiros, e por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. **2.16.5 Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. **2.17 - Incentivos Fiscais:** A Companhia é beneficiária dos seguintes incentivos fiscais estaduais e federais: **Finor** - Incentivo fiscal federal para o desenvolvimento regional, destinado às empresas instaladas na região Nordeste do país, com vigência até 2023. O valor das subvenções para investimento consiste em montante equivalente ao resultado da aplicação de até 75% sobre uma base de cálculo legalmente denominada "lucro da exploração", gerado pela unidade industrial incentivada. A subvenção federal é apresentada na Demonstração do Resultado do Exercício como dedução do imposto de renda da pessoa jurídica e destinada posteriormente à conta de Reserva de Incentivo Fiscal no Patrimônio Líquido. A Administração da Empresa cumpre todas as exigências para obtenção dessas subvenções, especialmente as relacionadas à comprovação dos investimentos, geração dos empregos, volume de produção e até o momento, entende-se que não foi descumprida qualquer condição cuja inobservância impeça a continuidade do direito de usufruir os benefícios das subvenções governamentais concedidas. **Proind /PE** - Programa de Estímulo à Indústria do Estado de Pernambuco, instituído através do Decreto 44.766 de 20/07/2017, criado com objetivo de fomentar investimentos na atividade industrial, mediante a concessão de incentivos fiscais através de crédito Presumido de ICMS, com vigência até 2032. **Compete/ES** - O Programa de Desenvolvimento e Proteção à Economia do Estado do Espírito Santo, regulamentado pela Lei 10.568/2016, tem por objetivo contribuir para a expansão, modernização e diversificação dos setores produtivos do Estado, estimulando a realização de investimentos, a renovação tecnológica das estruturas produtivas e o aumento da competitividade estadual, com ênfase na manutenção e/ou geração de emprego e renda e na redução das desigualdades sociais e regionais. Para participar do programa, os setores produtivos assinam o Contrato de Competitividade - COMPETE/ES, no qual assumem o compromisso de aumentar a competitividade das empresas estabelecidas no Espírito Santo, em relação às similares de outras regiões do país, com a concessão de crédito presumido de ICMS com vigência até 2032. **2.18 Lucro por ação do capital social:** O lucro por ação do capital social é calculado com base no número total de ações, na data do balanço patrimonial. **2.19 Reconhecimento de receita:** A receita compreende o valor presente pela venda de Produtos e serviços. Em observância aos dispositivos societários vigentes (CPC 47), a receita pela venda de produtos é reconhecida quando os riscos significativos e os benefícios de propriedade das mercadorias são transferidos para o comprador. A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. (nota 19). **2.20 - Reconhecimento e mensuração de ganho em ação judicial sobre exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS.** A Companhia tem discutido judicialmente seu direito à exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS. A administração entende que a partir do trânsito em julgado de sua ação, ocorrido em 2019 de duas das suas três Ações, tem o direito legal garantido ao crédito, não se tratando de ativo contingente. No que se refere à mensuração do crédito, a administração da Companhia, suportada pela opinião de seus assessores jurídicos, analisou os termos da sentença e concluiu que, pelo fato da sentença não abordar a forma de mensuração dos créditos, a determinação do valor destacado nas notas fiscais, em conformidade com a decisão de julgamento de mérito do plenário do STF de 2017, é o adequado às circunstâncias. A mensuração do crédito levou também em consideração o prazo e as alternativas disponíveis para a sua realização. Em relação ao assunto ainda, o Supremo Tribunal Federal julgará Embargos de Declaração opostos pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional em face de decisões favoráveis aos contribuintes, e poderá indicar fatos novos acerca da forma de apuração do valor a ser redistribuído (se pelo bruto ou pelo líquido, esse último considerando os valores recolhidos) e da eventual modulação dos efeitos da decisão da inconstitucionalidade julgada. Por se tratar de decisões futuras, serão tratadas prospectivamente.

4.CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2020	2019
Caixa	16.800	16.100
Bancos	2.522.626	2.017.017
Aplicações Financeiras	8.121.790	13.625.314

CONTINUA...

...CONTINUAÇÃO

FIBRASA S/A

CNPJ: 04.221.067/0001-07

Contas Vinculadas	649.141	753.017
	11.310.357	16.411.448

Os depósitos de curto prazo correspondem aos saldos mantidos em conta corrente bancária na data base das demonstrações financeiras. As aplicações financeiras de curto prazo são substancialmente operações compromissadas, com remuneração média de 103% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, e resgatáveis a qualquer tempo (com liquidez diária).

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	2020	2019
Clientes Nacionais	86.043.710	66.696.256
Clientes Externos	1.626.016	1.391.537
	87.669.726	68.087.793
Total	87.391.143	67.809.210
A vencer	87.184.329	67.508.640
Vencidos	485.397	578.953
	87.669.726	68.087.793

(i) A Companhia tem como prática analisar, mensalmente, a recuperabilidade de suas contas a receber, procedendo com a baixa daqueles créditos considerados incobráveis pela Administração. Em 2020 foi baixado o montante de R\$ 339.026 (2019 - R\$ 281.203).

6. ESTOQUES: Os estoques da Companhia foram avaliados e não foram encontradas perdas por obsolescência no exercício.

	2020	2019
Produtos acabados	3.709.906	3.200.881
Produtos em processo	10.415.773	7.485.015

(a) Composição do saldo

	Taxa anual %	Custo corrigido	Depreciação acumulada	2020	2019
				Líquido	Líquido
Terrenos	-	2.618.000	-	2.618.000	2.618.000
Edificações	2,5 a 4%	21.882.993	(8.062.654)	13.820.339	14.527.991
Instalações	4 a 12,5%	12.521.861	(6.021.054)	6.500.807	7.561.140
Máquinas e equipamentos	4 a 20%	186.931.329	(107.995.023)	78.936.306	91.094.931
Hardware	14 a 20%	1.784.750	(1.272.143)	512.607	513.035
Veículos	20%	310.089	(188.544)	121.545	155.443
Móveis e utensílios	4 a 14,28 %	1.679.112	(957.633)	721.479	604.124
Ferramentas	4 a 20%	121.670	(91.534)	30.136	11.846
Benfeitorias terceiros	10%	4.991.148	(3.393.951)	1.597.197	2.077.408
Imobilizado andamento	-	15.684.700	-	15.684.700	5.395.091
Adiantamento a fornecedores	-	4.700.383	-	4.700.383	1.085.640
		253.226.035	(127.982.536)	125.243.499	125.644.648

Conforme previsto na Interpretação Técnica ICPC 10 do Comitê de pronunciamentos Contábeis, a Companhia realizou em 2019 a revisão da vida útil econômica estimada para o cálculo de depreciação. Durante o exercício, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável, e consequentemente nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados foi necessária.

10. INTANGÍVEL

A) composição Intangível 2020

Custo Intangível	2019	Adições	Baixas	Transferências	2020
Direito de uso de arrendamento	15.038.795	491.730	-	-	15.530.525
Direito de marcas	37.547	-	-	-	37.547
Softwares	369.736	68.560	-	-	438.296
Direito de uso outros	14.186	-	-	-	14186,1
Total do Custo	15.460.265	560.290	-	-	16.020.554

Amortização acumulada

Direito de uso de arrendamento	(4.392.722)	(7.859.723)	-	-	(12.252.445)
Direito de marcas	-	-	-	-	-
Softwares	(199.108)	(19.117)	-	-	(218.225)
Direito de uso outros	-	-	-	-	-
Total Amortização Acumulada	4.591.830	7.878.840	-	-	(12.470.670)

Intangível Líquido	10.868.436	(7.318.550)	-	-	3.549.884
--------------------	-------------------	--------------------	---	---	------------------

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Modalidade	Vencimento	2020	2019
Capital de giro (1)	até setembro de 2025	55.651.923	61.615.117
Finame	até janeiro de 2025	9.258.931	11.456.391
BNDES automático	até abril de 2023	2.455.102	2.964.602
Financiamentos externos (2)	até agosto de 2022	4.977.684	6.277.272
		72.343.640	82.313.383

Os termos e condições dos empréstimos e financiamentos em aberto

Embalagens	1.357.943	821.099
Matéria prima	16.558.465	9.505.079
Materiais de almoxarifado	11.210.609	10.087.031
	43.252.696	31.099.105

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	2020	2019
Circulante		
Imposto de renda retido na fonte	988.517	597.643
ICMS	179.384	67.885
ICMS ativo imobilizado	399.041	517.377
IPI	204.349	27.532
Demais Tributos a Recuperar	79.634	-
	1.850.925	1.210.437
Não circulante		
Reconhecimento de créditos de PIS e COFINS (a)	24.304.299	-
	24.304.299	-
	26.155.224	1.210.437

(a) A Companhia reconheceu, no resultado do exercício de 2020 o montante de R\$ 24.700.256 (R\$ 13.009.859 de valor principal e R\$ 11.690.396 atualização Monetária) referente a créditos de PIS e COFINS sobre base de cálculo de ICMS, referente aos processos que transitaram em julgado 0005710-73.2008.4.05.8300 e 0000963-67.2008.4.02.5001 no ano de 2019.

9. IMOBILIZADO: As movimentações registradas na rubrica Imobilizado foram as seguintes:

Finalidade	Circulante		Não circulante		Total	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Capital de giro	19.212.540	22.585.985	36.439.383	39.029.132	55.651.923	61.615.117
Finame	3.983.417	3.904.773	5.275.514	7.551.618	9.258.931	11.456.391
BNDES automático	1.052.187	889.381	1.402.916	2.075.221	2.455.102	2.964.602
Financiamentos externos	4.449.020	4.343.886	528.664	1.933.386	4.977.684	6.277.272
	28.697.164	31.724.025	43.646.477	50.589.358	72.343.640	82.313.383

...CONTINUAÇÃO

FIBRASA S/A

CNPJ: 04.221.067/0001-07

13. OBRIGAÇÕES SOCIAIS	2020	2019		15.820.564	8.618.998
Provisão de férias	3.093.825	2.924.789	Passivo circulante	3.368.563	1.258.669
INSS	815.742	767.936	Passivo não circulante	12.451.900	7.360.328
FGTS	179.962	233.961		15.240.440	8.618.998
Salários	837.524	838.687			
Participação Resultados	1.870.358	1.177.539			
RPAS a pagar	35.104	136.473			
Outras obrigações sociais a pagar	42.547	67.291			
	6.875.062	6.146.677			

14. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	2020	2019
IRPJ	580.124	-
CSLL	876.237	-
ICMS	576.404	451.775
IPI	903.144	530.409
PIS/COFINS	97.409	-
Tributos retidos	236.507	214.752
PIS Depósito Judicial	1.980.770	1.292.202
Cofins Depósito Judicial	9.344.991	6.043.184
IRPJ Depósito Judicial	301.330	-
CSLL Depósito Judicial	747.119	-
Outros	176.529	86.676

17. ARRENDAMENTOS / PARTES RELACIONADAS: A Companhia mantém um contato de arrendamento de Terreno e Instalações Industriais, com vigência até maio de 2021. A taxa de Juros praticada de 7,043% a.a., utilizada para cálculo do Arrendamento. **17.1 - Ativo de Direito de uso:** A partir de 1º de janeiro de 2019, os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso pela FIBRASA S/A. Cada pagamento de arrendamento é alocado entre o passivo e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento. O ativo de direito de uso é amortizado ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor.

	Depreciação acumulada	Imóveis	2020	2019
Direito de uso de imóveis	(533.555)	814.104	280.549	570.250
Direito de uso de imóveis - Partes Relacionadas	(11.718.890)	14.716.421	2.997.531	10.075.823
Direito de Uso - Outros	(218.225)	490.030	271.805	222.362
Total Direito de Uso	(12.470.669)	16.020.555	3.549.885	10.868.435

17.2 - Passivo de arrendamento

	Juros Novos Contratos	Juros Pagos	Adição Novos Contratos	Amortizações	2020	2019
Arrendamentos a pagar	-	27.918	-	220.000	424.312	616.393
Arrendamentos a pagar - Partes Relacionadas	17.004	325.980	508.734	6.945.268	1.909.692	8.037.249
	17.004	353.899	508.734	7.165.268	2.334.003	8.653.643

A companhia estimou as taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à sua realidade ("spread" de crédito). Os "spreads" foram obtidos por meio de verificações internas relativas às taxas médias pactuadas em operações de crédito contratadas pela FIBRASA com prazos similares ao do arrendamento. Contratos por prazo e taxa de desconto: 2 anos - 7,043%

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social: O capital social, no valor de R\$ 84.786.138, está dividido em 59.343.516 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 36.780.616 ações ordinárias e 22.562.900 ações preferenciais "B". Todas as ações emitidas estão integralizadas.

(b) Reserva de incentivos fiscais: A formação da reserva de incentivos fiscais ocorre pela destinação da parcela do lucro líquido decorrente de subvenções governamentais para investimento - conforme possibilita a legislação societária vigente. Durante o ano de 2020 a empresa apurou um Lucro Líquido de R\$ 46.938.513, destinando 5% para Reserva legal no valor de R\$ 2.346.926. O Restante do Lucro apurado de R\$ 44.591.587, foi destinado na sua totalidade para a Reserva de Incentivos Fiscais, sendo que desse Lucro gerado, R\$ 23.052.639 refere-se a Receita de Subvenção para Investimentos Estaduais, R\$ 5.036.243 refere-se a Receita de subvenção para Investimentos Federais e o restante de R\$ 16.502.705 é Lucro proveniente da Operação. Conforme § 3º do Art. 30 da Lei nº 12.973/14, por a empresa ter apurado lucro líquido contábil superior à parcela decorrente de doações e de subvenções governamentais, complementou a Conta Reserva de Incentivos Fiscais na Totalidade dos Lucros apurados em 2020 - R\$ 44.591.587. Assim o valor do montante a ser destinado para essa Conta para os próximos anos, em Virtude de os prejuízos dos anos anteriores serem maiores que a Receita de doações e de subvenções governamentais é de R\$ 35.031.233.

(b.1) Incentivos fiscais estaduais: No exercício de 2020, as receitas de benefícios fiscais estaduais totalizaram o montante de R\$ 23.052.639 (2019 - R\$ 18.993.130). Em 2020 foi destinado o valor integral receita de incentivos de ICMS, relacionadas ao Proind/PE e Compete/ES para a conta de Reserva de Incentivos Fiscais.

(b.2) Incentivos fiscais federais: Em 2015 houve a transferência do incentivo fiscal pertencente à Fibrasa Nordeste S/A (incorporada em 31 de dezembro de 2014), que contempla a redução de 75% do IRPJ (calculado sobre o lucro da exploração). A transferência é suportada pelo Laudo Constitutivo nº 107/15, com vigência de 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2023. No exercício de 2020, a Companhia apurou o benefício Fiscal de IRPJ no Valor de R\$ 5.036.243. Esse valor foi destinado a Reserva de Incentivos Fiscais. A Companhia possui Prejuízos Fiscais Acumulados e Base Negativa de CSLL de R\$ 37.454.157,10.

(b.3) Reserva legal: Constituída na base de 5% do lucro líquido do exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07, limitado a 20% do capital social. Em 2020, o valor da reserva legal monta em R\$ 5.594.624 (2019 - R\$ 3.218.692).

(c) Ações em Tesouraria: Em 2020 a Companhia adquiriu, em leilão na Bolsa de Valores, 631.573 ações preferenciais "A" do Fundo de Investimento do Nordeste (Finor) e, conforme parágrafo 1º do artigo 9º do Estatuto Social, estas ações foram automaticamente convertidas em preferenciais "B", encerrando assim a participação do Fundo na Companhia.

19. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2020	2019
Receita Bruta		
Mercado Interno	368.623.002	339.685.437
Mercado Externo	6.987.659	5.009.295
	375.610.661	344.694.732

Deduções		
Impostos	(90.970.614)	(84.308.018)
Devoluções / Abatimentos	(8.039.014)	(10.024.013)
Receita de incentivo Fiscal	23.052.639	18.993.130
	(75.956.989)	(75.338.901)

Receita Operacional Líquida	299.653.672	269.355.831
-----------------------------	--------------------	--------------------

23. RESULTADO FINANCEIRO

	2020	2019
Receitas financeiras		
Juros recebidos	290.560	277.665
Descontos obtidos	70.707	131.462
Varição cambial ativa	1.268.356	1.741.811
Rendimento aplicação financeira	503.164	1.816.891
Varição Monetária Ativa (Nota7)	11.859.030	-
Outras receitas financeiras	26.021	172.655
	14.017.838	4.140.484

Juros com empréstimos de giro	(3.034.695)	(6.578.009)
Encargos sobre financiamentos	(1.091.727)	(1.272.400)
Juros - impostos e duplicatas	(164.597)	(18.793)
Descontos financeiros	(584.627)	(1.289.678)
Despesas comissões bancárias	(69.171)	(141.514)
IOF	(6.646)	(194.771)
Varição cambial passiva	(3.844.168)	(1.880.068)
Juros financiamento externo	(288.585)	(389.891)
Juros Sobre Arrendamento	(353.899)	(384.847)
	(9.438.115)	(12.149.970)
	4.579.723	(8.009.486)

24. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	2020	2019
Outras receitas operacionais		
Recuperação de créditos (a)	14.988.214	53.883
Venda de propriedades para investimentos / imobilizado	925.000	-
Venda de sucata / bens não imobilizados	303.905	249.128
Receita Incentivo Fiscal IRPJ	5.036.243	-
Demais receitas operacionais	6.911	-
	21.260.273	303.011

Outras despesas operacionais		
Custo de propriedades para investimentos / imobilizado	-2.251.966	-1.442.760
Multas	-16.661	-7.045
Demais despesas operacionais	-1.692.206	-255.350
	-3.960.833	-1.705.155
	17.299.440	-1.402.143

(As notas Explicativas em seu inteiro teor estão disponíveis na empresa)

Sergio Souza Rogério de Castro - Presidente
 Leonardo Souza Rogério de Castro - Vice Presidente
 Natanael Pinto de Oliveira - Diretor Administrativo Financeiro
 Stael Luchi Brunow - Contadora CRC ES 11.749/0-8 "S" PE

CONTINUA...

...CONTINUAÇÃO

FIBRASA S/A

CNPJ: 04.221.067/0001-07



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Fibrasa S.A.

Opinião com ressalva: Examinamos as demonstrações financeiras da Fibrasa S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelo efeito do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fibrasa S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva: Conforme mencionado na Nota 7 às demonstrações financeiras, a Companhia reconheceu no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 valores referentes a dois processos judiciais que tratam da exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, que haviam sido impetrados por sociedades que posteriormente foram incorporadas pela Companhia e que tiveram seus respectivos processos transitados em julgado no exercício 2019, correspondendo a R\$ 24.700 mil. Como consequência desses trânsitos em julgado, os direitos decorrentes de tais ações deixaram de representar ativos contingentes durante o exercício de 2019. Em decorrência disso, em 31 de dezembro de 2020, o resultado do exercício findo nesta data está apresentado a maior em R\$ 14.030 mil, líquido dos efeitos tributários (Em 2019, o ativo estava apresentado a menor em R\$ 22.868 mil e o resultado do exercício e o patrimônio líquido estavam apresentados a menor em R\$ 14.030 mil, líquido dos efeitos tributários).

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar

o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Serra, 29 de março de 2021

PricewaterhouseCoopers
Audidores Independentes
CRC 2SP000160/O-5
Cáren Henriete Macohin
Contadora CRC 1PR038429/O-3 "T" SC